

## DOSSIÊ

### **Políticas públicas educacionais: reflexões sobre a relação educação-trabalho frente às transformações no mundo do trabalho**

Proponente

**Klever Corrente Silva**

Este dossiê reúne estudos e pesquisas, desenvolvidas ou em desenvolvimento, que se originaram das leituras e das discussões, ocorridas na disciplina Educação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação modalidade profissional (PPGE-MP), da Faculdade de Educação (FE), da Universidade de Brasília (UnB), ministrada no segundo semestre de 2017.

- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DISTRITAL EM CEILÂNDIA À LUZ DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Klever Corrente Silva

- **EDUCAÇÃO INTEGRAL: OS DESAFIOS PARA UM ENSINO QUE CONTEMPLE A FORMAÇÃO HUMANA**

Aurenilda Cordeiro da Silva

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI 12.711 DE 2012 NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB**

Cecília Cândida Frasão Vieira

- **UM ENSAIO ACERCA DA RELAÇÃO CONFLITUOSA ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO CAPITALISTA BRASILEIRO**

Lucélia Abreu Rodrigues

**Autora | Author**

**Aurenilda Cordeiro da Silva\***

nilsilva4@gmail.com

## **Educação integral: os desafios para um ensino que contemple a formação humana**

### **Integral education: the challenges for an education that contemplates human formation**

**Resumo:** Esse trabalho visa dialogar com os conceitos de educação em tempo integral e educação integral. Traz reflexão sobre a função da escola no atual contexto social, político e econômico do país, onde essa instituição que deveria oferecer uma educação que emancipa o ser humano acaba, muitas vezes, contribuindo para a reprodução do que está posto na estrutura social vigente. Discute a qualidade educativa pautada na capacidade do ensino focar no desenvolvimento dos aspectos cognitivo, social e motor como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96). Educação integral e educação em tempo integral devem ser meios de formação para além da preparação de mão de obra para o mercado trabalho. Elas devem ser a propulsora para uma formação que objetive o desenvolvimento humano e sua emancipação enquanto indivíduo singular portador de deveres e direitos e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico do país, independente da condição social e econômica de cada um.

**Palavras-chave:** educação integral, desenvolvimento, emancipação, trabalho.

**Abstract:** *This work aims to dialogue with the concepts of full time education and integral education. It reflects on the role of the school in the current social, political and economic context of the country, where this institution that should offer an education that emancipates the human being often ends up contributing to the reproduction of what is in the current social structure. It discusses the educational quality based on the capacity of education to focus on the development of cognitive, social and motor aspects as recommended by the Law of Guidelines and Bases of Education - LDB (Lei nº 9.394/96). Comprehensive education and full-time education should be means of training beyond the preparation of manpower for the labor market. They should be the impetus for a formation that aims at human development and its emancipation as a singular individual bearer of duties and rights and contribute to the technological and scientific development of the country, regardless of the social and economic condition of each.*

**Keywords:** *integral education, development, emancipation, work.*

## **Introdução**

É indiscutível a importância da educação escolar para o exercício da cidadania. São os saberes aprendidos na escola que possibilitam ao indivíduo reconhecer-se como cidadãos, lutar para ter assegurados os seus direitos e almejar boa colocação em postos de emprego no mercado de trabalho. No entanto, o mercado de trabalho tem sido quase o único foco dos objetivos das escolas e universidades na atualidade, seguindo a ideologia determinada pelo sistema econômico que preconiza ser essa a função da educação escolar. Essa forma de pensar a educação está pre-

### **DOSSIÊ**

**Políticas públicas educacionais: reflexões sobre a relação educação-trabalho frente às transformações no mundo do trabalho**

**Proponente**  
**Kleber Corrente Silva**

sente na sociedade de forma geral e é demonstrada nas relações que a norteiam.

Desde quando são crianças um pouco maiores, uma das perguntas mais comuns que se faz ao ser humano é o que ele quer ser quando crescer e isso se referindo diretamente ao cargo profissional que deseja ocupar quando se tornar adulto. Embora seja sabido que uma criança não pensa com autonomia sobre isso ainda e que provavelmente ela irá responder que deseja a função da mãe ou pai ou algo que admira, essa pergunta é natural no nosso meio. Nas famílias com melhores condições financeiras, ao final da Educação Básica, a pergunta que antes era simples torna-se quase uma imposição quando os jovens devem decidir para quem irão prestar o vestibular, uma escolha que poderá definir a sua carreira profissional. Não é incomum os pais ou familiares imporem as suas vontades sobre esse jovem ainda indeciso. Geralmente aponta-se para cursos que no mercado de trabalho darão retorno com bons salários e prestígio social. Com essa visão sobre a trajetória escolar e o futuro do jovem fica evidente o desejo de cada família ao colocar o filho na escola.

Nas relações sociais, o trabalho faz parte da identidade de cada um. Ao se apresentar para alguém logo após o seu nome, em geral, o adulto apresenta para o seu interlocutor a função que desenvolve no campo do trabalho. Quanto mais alto é considerada a função, mais orgulho em divulgá-la. E assim, mediado pelo saber escolar de cada um, se organiza um escala de trabalho onde os mais capacitados terão os melhores empregos e os menos capacitados os piores. Essa é a lógica presente no senso comum que é propagada sem a real noção de todos os fatores que são responsáveis por manter o status quo. Para aqueles que no meio do trajeto escolar deixaram a escola, ou ainda concluíram a educação básica e irão parar por ali, já estão “decididos” quais postos de trabalho deverão ocupar, e geralmente são os que não exigem boa escolarização e em contrapartida oferecem baixos salários, condições inadequadas de trabalho, carga horária exaustiva e pouca ou nenhuma expectativa de progressão na carreira.

O trabalho é o maior marco na história humana. É pelos modos como ocorre o trabalho que o contexto social de uma época é compreendido. É através dele que o ser humano transforma o seu meio, garante a sua sobrevivência e estabelece relações na sociedade. A sociedade é organizada tendo por base o trabalho e o que é produzido por ele. Albornoz (2010) diz que “O trabalho está na base de toda sociedade, estabelecendo as formas de relação entre os indivíduos, entre as classes sociais, criando relações de poder e propriedade, determinando o ritmo cotidiano.” Portanto, o trabalho

faz parte da vida diária das sociedades. Tem papel fundamental no desenvolvimento humano, o que se pretende discutir aqui não é a necessidade de formação do indivíduo para o trabalho, mas como a escola vem lidando com isso e contribuindo para reproduzir a desigualdade social brasileira tida como uma das maiores do mundo.

Com a globalização consolidada e com os avanços da ciência e da tecnologia se faz cada vez mais necessário à escolarização de qualidade como forma de inclusão tanto no cotidiano das sociedades contemporâneas, como para a inserção no mundo do trabalho moderno. Marcado por atrasos e deficiências no seu sistema educacional o país sofre ainda hoje os efeitos negativos de uma população com pouca escolarização quando comparada a outras nações. Apesar dos avanços educacionais advindos da abertura democrática e de pressões dos movimentos sociais, ainda temos muito para fazer principalmente nas escolas que atendem a maioria da população de baixa renda. A nossa legislação como a Lei de Diretrizes Bases da Educação - LDB e Plano Nacional de Educação - PNE aparenta atender as demandas sociais, mas a efetividade dessas ainda não foi feita. Com a crise social, econômica e política que ora vivemos, é provável que o vigente PNE que vigorará até 2024 não seja totalmente cumprido, deixando mais uma vez de fora quem mais precisa ser atendido no sistema educacional público com qualidade para atender as necessidades do imenso território do país. Além das dificuldades que boa parte das escolas públicas brasileiras enfrenta, há outra questão que vale a pena entrar em pauta nas discussões sobre a educação: Qual é a função da escola pública no contexto atual de uma sociedade capitalista globalizada e excludente?

É certo que a função da educação escolar não deve ser voltada apenas para formar a mão de obra exigida pelo mercado. Como seres sociais, as relações que são estabelecidas no conjunto dos grupos sociais trazem benefícios para uma sociedade igualitária em seus direitos e deveres. A escola pública deve ser um ambiente que propicie isso. O acesso ao conhecimento deve respeitar as diferenças da nossa nação. E antes de propagar a ideia de igualdade deve-se pensar em políticas diversificadas para atender as diferentes necessidades dos demandantes do ensino público, sem que isso seja usado como justificativa para minimizar a oferta dos conhecimentos ao aluno que vem da periferia. Se apropriar do saber sistematizado é um passo importante para a emancipação e a escola é uma instituição que deve assegurar isso aos seus ingressantes.

A educação na perspectiva de ser integral vem de encontro à ideia de uma educação que muna o indi-

víduo de conhecimentos, de habilidades capazes de se perceber como cidadão de direito, que tenha uma visão além do que é divulgada pelas grandes mídias, que saiba lidar com as diferenças, com o outro e com os diversos ambientes. Que vá além do treinamento puro e simples para um determinado posto de trabalho. Se para a efetividade desse trabalho no ambiente escolar for necessário o aumento de horas, que seja feito como preconiza a meta 6 (seis) do PNE. É sobre essa temática que esse texto visa refletir.

### Educação para a Cidadania

“... não preparar para a crítica do mercado alienado é uma forma de preparar para ele”.  
(PARO, 2006 p. 08)

Adeptos do mercado máximo e de um estado mínimo vão enxergar a escola como a escada que levará ao mundo competitivo e aos almejados postos de trabalho. Sob a lógica neoliberal é tirada do governo a obrigação de oferecer de forma gratuita e universal o ensino escolar e quando oferecido deve ter compromisso com o mercado que move as economias globais. Preparar para estar nesse sistema ou a margem dele é sutilmente percebido no discurso dos neoliberais. Infelizmente, através de organismos internacionais os ideários dessa nova ordem mundial se fazem presentes na elaboração de políticas governamentais, inclusive para a educação.

O capitalismo é um sistema econômico que nos parece naturalizado e trouxe para países como o Brasil maior acentuação nas desigualdades sociais. Devido ao país ter a concentração das suas riquezas nas mãos de poucos grupos familiares. Advindas do nosso contexto histórico marcado por séculos de escravidão onde boa parte da população foi excluída de qualquer política pública, o atual sistema econômico acentua ainda mais a exclusão de uma parcela grande da nossa população. O abismo entre os mais ricos e os mais pobres teve alargamento visível e transforma-se em tristes números a cada pesquisa. As escolas ditas de qualidade, geralmente particulares, preparam quem pode pagar para os concorridos vestibulares, que assegurem no futuro os melhores postos de trabalho mantendo assim a riqueza concentrada nas mãos de quem tem os meios de produção. Já a escola pública com todos os seus já conhecidos problemas e carências é instigada a preparar mão de obra barata, reproduzindo assim a estrutura social brasileira que historicamente é desigual. Confirmando o que diz Freire “Do ponto de vista dos interesses dominantes,

não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (FREIRE, 1996, p.99). Quando a população teve acesso ao ensino público, esse foi perdendo visivelmente a qualidade. Não houve planejamento para que assim como aumentou o número de matrículas, fosse aumentada toda a estrutura física e humana necessária para que o processo de ensino e aprendizagem ocorresse com a mesma qualidade antes oferecida a elite que tinha acesso a esse direito. E isso não foi um “mero” descuido. Há razões para acreditar que foi proposital.

Ao dissipar a ideia de um Estado mínimo, onde o mercado deve reger as normas de funcionamento da economia, do modo de vida e das políticas de governo, o neoliberalismo tira dos governos o dever de elaborar e efetuar políticas públicas voltadas para os setores básicos da população, como por exemplo: a educação. Aliada a ideia de lucro, produção e acumulação de riquezas que são pontos chaves do capitalismo, o neoliberalismo em países em desenvolvimento e com desigualdades como o Brasil propaga o ideal de igualdade para todos e o êxito dos melhores, ou seja, vence por méritos, a chamada meritocracia. Assim os que sofrem com a pobreza não vencem porque não buscam, não são capazes. Frente a essa realidade faz necessário uma escola que faça o indivíduo perceber-se fruto desse sistema para adquirir consciência e poder romper com as amarras que os torna cidadãos excluídos de direitos. Falar de meritocracia com as desigualdades que o país apresenta é cruel. Comparar o desempenho de um aluno que frequenta uma escola de qualidade, que é atendido em todas as necessidades para o seu crescimento e desenvolvimento a outro que vive em uma situação inversa, muitas vezes tendo que ajudar no sustento da família desde cedo é a pior coisa que pode ser feito para quem luta diariamente por sobrevivência e dignidade.

No Brasil a concentração de renda revela ainda uma elite pouco ou nada interessada em melhorar as condições de vida dos menos desfavorecidos. O sucateamento das escolas que atendem a população de baixa renda não afeta aqueles que podem pagar por escolas de qualidade para os filhos. É como que o não se importar significasse que as pessoas que estão tendo uma educação de baixa qualidade servirão no futuro de mão de obra para manter o seu padrão de vida. São os ranços de uma sociedade que conviveu por séculos com o regime de escravidão, onde qualquer trabalho manual era deplorável de ser feito pelos “senhores” e “senhoras”.

Para romper com o ciclo de reprodução de quem domina o poder, é preciso uma escola consciente do seu papel social. É preciso dizer para o garoto pobre

que ele pode aprender e que pode sonhar! Negar ao aluno o direito da aprendizagem é negar-lhe o direito de ter qualquer perspectiva de rompimento com o sistema que o mantém a margem da cidadania. Nesse sentido, buscar propostas pedagógicas para que cada criança ou jovem que adentre o seu espaço tenha acesso ao saber é um desafio para as instituições escolares públicas. Não basta está na escola, é preciso que aprenda o que a escola deve ensinar. Parece ser tão lógico, mas muitas vezes é o que não ocorre. Muitos estudantes passam anos frequentando uma instituição de ensino e não aprende o suficiente. Essa tragédia já começa a ser identificada na fase da alfabetização e se prolonga por todo ensino básico. E para mostrar todo o descompromisso, ocorre comumente nas escolas que atendem os mais pobres, ou seja, quem mais precisa da educação escolar.

Saviani (2017) diz que não há espaço para todos serem bem-sucedidos como propaga o mercado e ele tem consciência disso, mas prega e convence o indivíduo de que é ele o único responsável pelo seu fracasso. Se a escola também reproduz isso se tem uma ideologia dissipada de que a pessoa é a responsável por não ter acesso a bens e direitos que lhes assegure uma vida digna. Isso reforça a ideologia dominante. Vale ressaltar que essa ideia de sucesso citada acima ser refere a status no trabalho e conseqüentemente acesso a bens de consumo. Ser bem-sucedido no padrão do mercado global hoje é poder ser um voraz consumidor de bens e produtos.

Na nossa legislação temos avanços significativos na área educacional desde a abertura democrática com promulgação da Constituição de 1988. Seguiu-se a lei maior, várias outras leis que dispõem sobre a implantação, financiamento e gestão de diversas políticas para a educação do país. A Emenda Constitucional - EC 59/2009 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos. Garantir o acesso não é ainda à solução definitiva. É preciso manter os alunos nas escolas, que esses aprendam com qualidade e que essa qualidade seja primeiramente entendida como a do bem-estar humano e da sociedade para em seguida ser estendida a preparação para o trabalho. O trabalho faz parte da vida humana. Graças a ele é que ocorrem as transformações no ambiente social do qual o homem faz parte. No entanto, a corrida desenfreada, marcada pelo individualismo que diz que muitos terão que sair do caminho para que você saia vencedor, é prejudicial à sociedade. O princípio da meritocracia tão divulgado e defendido se ancora na afirmação de que cada um vence por méritos próprios. Quando dada a igualdade de acesso, vencem os melhores. Por esse meio não é considerada as adversidades que os excluídos socialmente

enfrentam no seu dia a dia. Daí porque a formação escolar com qualidade deve ser pensada também para suprir as dificuldades que o aluno proveniente de famílias pobres traz ao chegar à escola. Isso não quer dizer que a escola deva entrar na lógica cruel da meritocracia, mas sim, buscar a equidade com os mais privilegiados para que todos tenham as mesmas oportunidades pelo menos no ambiente escolar.

A LDB entre outros princípios estabelece no princípio XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Nota-se que aqui não há uma explícita proposta de preparação para o mercado de trabalho, entretanto, em qualquer escola do Ensino Médio já é possível observar esse direcionamento, como também no desejo das famílias e no entendimento que a sociedade tem sobre a escola. Todo o conhecimento adquirido que se tornarão habilidades e competências do indivíduo certamente o ajudará no desempenho das suas funções quando este estiver no trabalho. Entretanto, a formação do ser humano cidadão deve ser o primeiro objetivo. A proposta de uma educação integral, de acordo com Paro (2009), deve atender a essa perspectiva: "Se a educação visa à formação do humano-histórico, visa de fato à formação do cidadão". É a formação do cidadão consciente da sua participação na história e mediado por ela que a escola dever formar no seu cotidiano.

A meta 6 (seis) do PNE, estabelece que o estado dever "oferecer em tempo integral em, no mínimo cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica". Porém, Paro (2009) pergunta se vale a pena ampliar o tempo da escola que temos, e claro que todos responderiam a essa pergunta com um sonoro não. Não é somente a ampliação do tempo escolar que vai assegurar uma melhor qualidade do ensino, é necessário reformular a forma como o processo de ensino ocorre, pois caso contrário só estaria ampliando o que é ruim. Ainda segundo o autor:

[...] é preciso investir num conceito de educação integral, ou seja, um conceito que supere o senso comum e leve em conta toda a integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira do tempo integral porque, para fazer-se a educação integral, esse tempo necessariamente terá que ser levado em conta. (PARO, 2009, p. 19)

A ampliação do tempo na escola com a estrutura apresentada nessas instituições em diversos locais do país causaria mais transtornos para professores e alunos. Ninguém gostaria de ficar em um local desagradável por mais tempo. Uma política de ensino que abranja

estruturas físicas, corpo docente, material didático e projeto pedagógico devem ser pensados antes de ampliar as horas dos estudantes nas escolas. A reforma do Ensino Médio, feita através de medida provisória – MP nº 746 de 2016 gerou debates entre estudantes, profissionais e pesquisadores da educação. Ela traz o ensino em tempo integral como um dos eixos da mudança nessa modalidade de ensino. No entanto, no site do MEC é destacado que somente será definida com a implantação da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) recentemente aprovada. Ainda é cedo para que seja feito qualquer análise sobre essa reforma na prática, principalmente no atendimento em tempo integral dos jovens que frequentam o ensino médio.

A educação integral geralmente entendida como horas a mais na escola, nesse trabalho considera as duas alternativas: aumento de tempo e formação pautada no desenvolvimento de todos os aspectos humanos. Pela legislação é considerado integral acima de 7 (sete) horas na escola. Quando se fala em educação integral as horas na escola não necessariamente assegura a educação integral. O ensino integral deve ser pensado como aquele que vai desenvolver as potencialidades do ser humano, para isso se for necessário o acréscimo de horas nas instituições de ensino que assim seja feito. Vale lembrar que para as classes trabalhadoras a tranquilidade dada pela certeza de ter a sua criança pequena dentro de instituições de ensino, certamente acarreta estado de bem-estar para pais e mães. Mas que esse não deve ser o caráter principal dessa política, que deve deter na prioridade do desenvolvimento da criança num atendimento que una o cuidar e o educar como está previsto na legislação. Sendo assim, todas as famílias de forma indireta receberão os benefícios de tal política. Estudos já apontaram a importância da educação de qualidade na primeira infância. É nessa ideia que toda a educação básica deve ser iniciada desde os primeiros anos de escolaridade.

A associação entre educação integral e desenvolvimento integral ancora na oferta regular e contínua de oportunidades para um crescimento humano tecido na experiência sócio histórica, na articulação das diversas dimensões da vida e na interdependência entre processos e contextos de vida” (GUARÁ, 2009, p.78).

Antes de ser um profissional eficiente é preciso ser um humano capacitado e ciente dos seus direitos e deveres. Markowitz (2016, p.14) diz que: “É urgente romper com a escola que prepara para a exploração e sim lutar por uma escola que prepare para a vida, especialmente para a emancipação humana”. A emancipa-

ção humana consiste em um humano não alienado frente às relações sociais e no trabalho. Romper com escola que prepara para o conformismo e para a aceitação passiva do que é imposto é meta que toda a educação pautada na transformação deve ter. O processo passa pelo desmanche da concepção enraizada de que cada um seguirá aquilo que está mais próximo de si, de que a mudança não ocorre com quem tem menos poder aquisitivo. Que a aprendizagem na escola deve garantir apenas que cada um saiba o básico para desenvolver-se e ter um trabalho que sustente a si e a família. A concepção ousada de transpor essas barreiras precisa estar na escola que não queira ser uma mera reprodutora de classes sociais.

O objetivo do capitalismo relacionado ao ensino é o de formar mão de obra, e também consumidor que irá comprar os produtos produzidos pela classe trabalhadora, para assim gerar lucro. É o lucro o motor do sistema capitalista. Os donos dos meios de produção contratam funcionários, pregam a sua ideologia através de publicidades apelativas os tornam compradores muitas vezes compulsivos. Na atual sociedade cidadão e consumidor são sinônimos. É imperativo o ter que ter! E assim:

O trabalho hoje não seria só alienante porque o esforço alienado imbeciliza e reduz a capacidade de opor-se ao sistema e superá-lo. O produto do seu trabalho e o seu consumo escravizam; terminam o processo de alienação e cooptação do indivíduo, que não pode mais se destacar e opor. O trabalho torna-se necessário porque o produto é visto como tal; e assim se fecha o círculo da nova dominação. (ALBORNOZ, 1986, p.78-79)

Pensar na educação integral para uma melhor formação do aluno, independente dos fatores sociais, se faz urgente. Há uma tendência para culpar o aluno que não aprende o que a escola diz ensinar. Essa culpa se estende para os demais problemas que os jovens enfrentam: atos de violências e perdas precoces de vidas desses nas periferias das cidades, o envolvimento com drogas ilícitas, gangues e outros crimes ligados à violência. A culpa também é atribuída às famílias ou aos ambientes que eles frequentam. Nunca são vistos como “produtos” do meio ao qual estão inseridos. A negligência dos governos para com quem mais precisa de cuidados passa muitas vezes despercebida. Muitas vezes não é questionado que políticas públicas carecem esses jovens e familiares, ou ainda, porque esses jovens não estão nas instituições escolares. Sem uma reflexão profunda da situação e na maioria das vezes baseadas no senso comum, é formada uma ideologia que faz com

que cidadãos que deveria solidarizar com os seus pares, ponha a culpa em quem é vítima. Tirando do Estado a responsabilidade pela tragédia urbana que assola as periferias, a juventude fica a mercê da violência.

Observada as condições em que é oferecida a educação para crianças e jovens pobres, serão percebidas em muitas escolas a precariedade e o descaso para com o ato de educar. A legislação educacional vigente considerada avançada, não deu conta de suprir a necessidade de um processo de ensino e aprendizagem capaz de educar com qualidade. As camadas populares sofrem por não ter a teoria posta em prática. Todas as políticas públicas com o objetivo de amenizar ou solucionar problemas sociais devem vir em conjunto. A escola precisa uma série de recursos para oferecer bom ensino. O contexto em volta da escola deve ser considerado e também pensado como espaço educativo.

Se a aquisição de conhecimentos, a principal função dada a escola, não ocorre com eficiência, imagine se outros saberes essenciais a criança e ao jovem em formação são construídos! Que intervenção fará no contexto social uma escola que não cumprir com a sua missão de dar acesso aos seus alunos aos conhecimentos produzidos e sistematizados pela humanidade é uma questão a ser refletida por todos os que fazem parte do sistema educativo brasileiro. A quem atende a escola que não é capaz de ensinar a crianças e jovens em situação de pobreza é um questionamento pertinente para nosso tempo.

É claro que a escola sozinha não resolverá os problemas sociais que sucumbem a nossa sociedade, principalmente os que atingem os jovens pobres das periferias das grandes e médias cidades, e traz consequências nefastas para toda a sociedade, no entanto, sem escola de qualidade, os problemas sociais não são combatidos ou amenizados. Pôr sobre a escola a responsabilidade de ser a única solução dos seculares problemas sociais beira a ingenuidade. Tirar da escola a sua responsabilidade social e loco de mudança de mentalidade e intervenção social é negar a sua função e missão que deve inspirar. Quando tem imbuído na proposta pedagógica a formação para o mundo do emprego, nega ao estudante a chance de sair da sua condição de excluído. “A educação para o emprego pregado pelos profetas neoliberais, quando aplicada ao conjunto da maioria dos excluídos, não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalidade.” (GENTILLI, 2008, p. 234). Trazer crianças e jovens para ambientes educacionais não seria somente incentivá-los a aprender sobre as ciências e filosofias, é também, tirá-los de situações de riscos, inclusive de morte precoce através da prevenção. Além disso, quando pensada para ser

emancipatória, a educação escolar não faz da escola chão de produção de mão de obra barata, mas um local de romper padrões estabelecidos pela triste trajetória social do Brasil. As vivências que ocorrem no interior das escolas quando norteadas pelos conceitos de respeito, democracia, liberdade e solidariedade são essenciais para a emancipação do sujeito. A interação humana com as aprendizagens dever superar a fragmentação do ensino e ter a formação integral no cerne do seu projeto.

A escola, ao propiciar relações humanas diversificadas e diretas, segue na contramão das tendências do século XXI. É um contraponto às novas e poderosas agências de educação, como a mídia e a rede mundial de internet, impessoais e economicamente interessadas. A vivência democrática cotidiana, no sentido de experimentação de relações humanas baseadas em regras justas e no respeito ao próximo e à coletividade, aliada à vivência cultural diversificada, seriam os fundamentos para a construção de uma educação escolar que pudesse ser chamada de educação integral. (CAVALIERE, 2009, p.50)

O aluno do século XXI chega à escola com conhecimentos e informações adquiridas pelos diversos meios de comunicação conectados a rede mundial de internet. Há uma propensão ao jovem permanecer muito tempo em frente a telas de multimídias nos dias atuais. Ali ele adquire consciência sobre modos de vida e comportamentos do seu tempo, no entanto, isso traz de certo modo um “distanciamento” físico do outro. E a escola, principalmente nas periferias das cidades brasileiras, torna-se o principal espaço onde as relações “reais” ocorrem, aonde se aprende regras de convívio, valores e, sobretudo, a compreensão da dinâmica da vida social atual.

Quando um país tem investimento e políticas educacionais eficazes o retorno não é somente no desenvolvimento tecnológico e científico, é também de independência em relação a outras nações. A almejada emancipação do indivíduo cresce socialmente e contribui para grandeza de toda a nação. Ter um povo dotado de conhecimentos faz com a nação tenha proximidade com tudo o que é desenvolvido para o bem comum: avanços na área da saúde, da segurança, dos transportes, agricultura, etc. Como diz o autor:

A educação é, portanto, ao mesmo tempo determinante e determinante da construção do desenvolvimento social de uma nação soberana. Além de ser crucial para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protago-

nistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de resistir a uma completa dependência científica, tecnológica e cultural. (FRIGOTTO, 2003, p.103)

Nessa perspectiva, não apenas as salas de aulas seriam ambientes para a escolarização, mas outros ambientes que constituem a escola, como quadras, bibliotecas, pátios, etc., porém ao depararmos com alguns espaços físicos escolares deparamos com realidades inaceitáveis. Escolas improvisadas, feitas para atender as demandas mais carentes da população. Como aumentar o tempo de permanência nas escolas em ambientes sem nenhuma estrutura, ou ainda, como mesmo sem o aumento das horas de estudo possibilitar uma educação pautada na perspectiva de ser integral são dilemas que precisam de respostas de toda a sociedade e dos governos.

Se consolidadas as políticas de educação em tempo integral, parcerias com outras organizações sociais devem ser vistas como alternativas. O importante é que o processo de ensino e aprendizagem pensado e efetivado tendo como foco principal a formação humana numa perspectiva onde a mente, a emoção, o físico e o social sejam trabalhado conjuntamente. Onde as diferenças não sejam desculpas para o não cumprimento da função da escola que é possibilitar a aprendizagem.

A escola precisa ensinar, o aluno precisa aprender. A aprendizagem deve ser libertadora e não reprodutora. São esses os principais aspectos que devem ser considerados na efetivação das políticas públicas educacionais, como também, por todos que fazem parte do processo de ensino do país.

## Considerações finais

Uma escola que não modifique a forma de pensar, que seja simplesmente uma preparadora de mão de obra para atender ao mercado de trabalho reproduz as desigualdades existentes. A demanda da escola, principalmente pública pede mais do que ela está preparada para oferecer devido as dificuldades que começam com os espaços disponíveis e abrange todo o sistema necessário para o funcionamento de uma escola. As questões que permeiam o contexto familiar, religioso, de gênero, de relações étnicas raciais estão cada vez mais adentrando as escolas e cobrando dessas soluções para questões que a sociedade não dar conta de resolver. Além disso, a demanda do mercado exige profissionais aptos ao mercado de trabalho. Essa é uma visão rápida do que enfrenta a escola do século XXI. Entretanto, tendo como foco a principal função da escola ser a de dar

aos alunos meio para o acesso ao saber sistematizado, cabe, portanto, a ela primeiramente dar conta disso. Propiciando recursos para o desenvolvimento do aluno em diversos aspectos estará contribuindo para outros fatores que permeiam a formação do indivíduo e isso abrangerá outros tópicos aqui discutidos como a inserção no mundo do trabalho.

Pensar em educação integral remete a vários fatores importantes como: estrutura física adequada às necessidades dos alunos e para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, os materiais, a formação de professores, a burocracia dos sistemas de ensino, etc. também entram nessa mesma realidade de cobrança. E como citou Paro vamos aumentar o que está ruim? A educação integral deve vir junto com mudanças estruturais e de concepções sobre a função da educação no atual contexto. Como proposta no PNE e na reforma do ensino médio, já há várias experiências de ensino em tempo integral pelo país, porém é prematuro fazer uma análise de como a ampliação de horas na escola vai interferir na qualidade do ensino, na inclusão social e na diminuição de problemas como a evasão escolar, tão comum em escolas que atendem jovens pobres.

Não é que a escola deva assumir todas as demandas que a sociedade apresenta, mas ela tem um papel maior do que transmissão e ou construção de conhecimentos. Nas áreas mais carentes de muitas cidades do país é o único local público de encontro de crianças e jovens. Porque não transformar esse em um local de formação para além dos livros e cadernos. Seria ingenuidade imaginar que proposta como aqui enfatizada seja feita por governos que desejam o setor privado com mais espaço, no entanto, são as lutas efetivas de grupos comprometidos com o bem-estar social que possibilitam os avanços.

Diante da reflexão exposta tem-se uma dimensão do tamanho do desafio! Não é uma tarefa fácil quando se tem a noção da realidade ora vivida na esfera política e econômica do Brasil, mas é preciso que haja diálogos reflexivos contínuos e que esses sirvam de pontapé para as mudanças que devem nascer no chão das escolas desse imenso país.

## Referências

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo, 2000. Coleção primeiros passos.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção primeiro passos.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < <http://>

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso realizado em 01/05/2018.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional E.C 59/2009**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso realizado em 01/05/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso realizado em 28/04/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril de 2003.

GENTILI, Pablo (organizador) **Pedagogia da exclusão crítica ao neoliberalismo em educação**. 15ª edição. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

GUARÁ, Maria F. R. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola**. Em aberto, Brasília, v. 22 n. 80, p. 65-81, abr. 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2221/2188>> Acesso realizado em 01/05/2018.

MARKOWICZ, Daniel. **Trabalho e educação escolar na perspectiva de emancipação humana**. Reunião Científica Regional da ANPED. Curitiba, 2016.

PARO, Carlos Henrique. **Parem de preparar para o trabalho!** Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. Escritos sobre educação. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica na resistência às pedagogias hegemônicas em tempos sombrios para a educação brasileira**. 2017. (Aula Magna proferida na Universidade Federal de Rondônia). Porto Velho, 12 de outubro de 2017.

## CURRÍCULO

\* Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2003). Especialista em Docência da Educação Infantil pela Universidade de Brasília (2015). Especialista em EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E GESTÃO ESCOLAR pela Fundação Universidade de Tocantins. Atualmente é mestra-

da no PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO na Universidade de Brasília. Professora licenciada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.